

A DINÂMICA RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO ANGOLANO

RESUMO: A economia angolana passou por modificações significativas nos últimos 15 anos, impactando o mercado de trabalho. De 2002 a 2017 houve um encolhimento da participação do setor que evidencia a condição de economia de enclave angolana, isto é, o setor petrolífero e um aumento das atividades ligadas ao comércio. Modificações ocorreram na estrutura setorial, mas não resvalaram na composição lucros-salários, isto é, os trabalhadores não aproveitaram muito essas modificações. Em 2002 os lucros e juros representavam 76% da renda nacional enquanto os salários 23%, não variaram muito 15 anos depois, 76% e 24% respectivamente.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Angola. Economia angolana. Setor petrolífero. Informalidade.

ABSTRACT: Angolan economy has undergone significant changes in the last 15 years, impacting the labor market and significantly increasing informality. From 2002 to 2017, there was a shrinking on the participation of the sector which allows to evidence the status of enclave of the economy, that is, the oil sector, and an increase in activities related to trade. Changes occurred in the sectoral structure but did not slip in the composition of profits-wages, that is, the workers did not take much advantage of these modifications. In 2002 profits and interest represented 76% of national income while wages 23%, did not vary much 15 years later, 76% and 24% respectively.

Keywords: Labor market, Angola. Angolan economy. Oil sector. Informality.

1. INTRODUÇÃO

O mercado é uma das instituições mais importantes do capitalismo, assim como o dinheiro, a empresa, o capital e o Estado. Os mercados mais importantes são: os mercados de capital, o mercado de trabalho, os mercados produtivos onde são negociados os bens de produção e os bens de consumo e os mercados financeiros (INGHAM, 2009).

A ferramenta básica dos mercados é a demanda e oferta, no caso do mercado de trabalho a demanda e a oferta da força de trabalho que vão determinar os preços do trabalho, isto é, os salários e a quantidade de trabalho disponibilizados para o processo produtivo. A estrutura do mercado de trabalho tem relação com o desenvolvimento econômico, visto que a divisão do trabalho em cada país é determinada pelo desenvolvimento dos grandes centros hegemônicos em regiões com crescimento substancial. Tendo em vista essa posição dos grandes centros, a

absorção das inovações tecnológicas pela força de trabalho nos mais variados espaços dominados pelo capitalismo vão repercutir os padrões tecnológicos de produção presentes nesses diferentes espaços (KON, 2015).

Em Angola¹, a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho foram determinados pela sua inserção na divisão internacional do trabalho que se mostrou dependente e subalterna, assim como muitas nações que passaram por um processo de escravidão e colonização, e pela sua especificidade histórica, social e econômica. Essa forma como Angola se inseriu na divisão internacional do trabalho determinou a dinâmica do seu mercado de trabalho, um mercado de trabalho não estruturado, onde os mecanismos de oferta e demanda da força de trabalho não funcionam de acordo com a regra capitalista de produção, que nosso entender é próprio deste sistema de produção criar uma dualidade sistêmica para uma melhor valorização da mais-valia.

A dinâmica atual da economia angolana é uma herança do desenvolvimento capitalista que se apresentou, neste país, em um primeiro momento através de um processo de escravização, em seguida através de um processo de colonização para então se tornar uma economia dependente de commodities, isto é, primário exportador.

Angola nasce como uma economia dependente primordialmente de um produto – o petróleo. Apesar do modelo “socialista” e com o apoio da ex-União Soviética, Angola manteve no seu interior um enclave capitalista – isto é, manteve em seu território as grandes petrolíferas, como forma de financiar o seu desenvolvimento. Angola é um país com um potencial mineral muito grande.

A dependência colonial é passada aos capitais internacionais que se encontravam presentes no território aquando da independência de Portugal. Esses capitais, atraídos pela possibilidade de exploração comercial do petróleo no enclave de Cabinda, no extremo norte do país. Esses capitais se tornaram essenciais para o regime político que logo compreendeu que não conseguiria financiar a transição sem os mesmos. Colocando assim, Angola numa dependência do mercado internacional do petróleo, regulando os movimentos da economia. O

¹ Angola é um país recente, que integra o rol de territórios que fizeram parte da dominação colonial portuguesa em África. Alcançou a independência no dia 11 de novembro de 1975. O seu nome advém do aportuguesamento do nome dos reis do Reino do Ndongo – Ngola –, que se localizava, no século XVII, perto da atual capital do país, Luanda. Angola está situada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, e ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo oceano Atlântico em cerca de 1.600 quilômetros, fazendo fronteira a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Para além dos vizinhos já mencionados, Angola é o país mais próximo da colónia britânica de Santa Helena. Sua extensão territorial é 1.246.700 quilômetros quadrados, compreendendo, aproximadamente, a área territorial conjunto de Portugal, Espanha, França e Inglaterra ou o Estado brasileiro do Pará (MENEZES, 2000).

setor experimentou relevantes crescimento ao longo dos anos como se observa no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Produção de petróleo em 1000 barris dia, Angola.



Fonte: tradingeconomics.com

A produção petrolífera em Angola experimenta grandes momentos depois da Guerra Civil que dizimou muitas vidas. Tendo seu auge nos anos 2005 até 2003, com queda nos preços a partir de 2014.

O “enclave do petróleo” como afirma Menezes (2000, p.53), se tornou uma inovação em uma economia socialista. A guerra entre os grupos que lutaram na libertação do colonizador destruiu a maior parte do patrimônio produtivo de Angola a isso associado o “êxodo” que menciona Menezes, a falta de trabalhadores qualificados fragilizaram a economia. Nos anos 1980 com a queda do preço do petróleo, Angola teve necessidade de aumentar a quantidade produzida, mas devido a incapacidade de oferta teve que contrair empréstimos a organismos internacionais. Com esses empréstimos vieram os conhecidos Planos de Ajustes Estruturais ou as “condicionalidade”. Demandava-se, portanto, o fim do sistema socialista e a adoção da “economia de mercado” adotada em 1992. Os PAEs, promovidos pelo FMI e o Banco Mundial, têm impactos sociais perversos assim como para os Estados-nação, nas palavras de Chossudovsky

O pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um “processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno” controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI- Banco Mundial dismantlam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. ... As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição

de importação: elas destroem todo o tecido da economia doméstica (CHOSSUDOVSKY 1999, p. 60).

O fortalecimento do “enclave do petróleo” por parte do Governo, acabou drenando maior parte dos investimentos contraídos com os organismos internacionais, prejudicando por outro lado o mercado interno, criando-se assim mercados paralelos que permitiam o abastecimento das lacunas deixadas pela presença do governo.

A estes elementos de ordem externas se adicionam os elementos internos como a guerra civil, com duração de 27 anos, que destruiu boa parte do aparelho produtivo do país, aspectos culturais como a função social atribuída ao salário que se manifesta de uma forma diferentes das grandes economias capitalistas.

Esses elementos históricos, econômicos e sociais da sociedade angolana, vão dar forma a característica básica da organização do mercado de trabalho e sua dinâmica em Angola – a informalidade. Os elementos já vistos vão permitir a coexistência de dois sistemas: o formal e o informal, sendo o primeiro regulamentado e pouco dinâmico e o segundo dotado de uma flexibilidade extraordinária (ROCHA, 2014).

A dinâmica do emprego formal é muito determinada pelo setor petrolífero que possui uma característica de economia de enclave, apesar de ser o setor mais produtivo da economia é também o que menos emprega, segundo as contas nacionais em 2002, o setor petrolífero empregava 4% da população economicamente ativa, 10 anos depois, em 2012 se manteve na mesma posição de participação no emprego total, enquanto a agricultura teve uma participação de 50%. O mercado de trabalho em angolano é caracterizado por “baixos salários, ausência de emprego, segregação espacial, baixa escolaridade da população, distribuição geográfica desproporcional da oferta de emprego, fraca mobilidade social e ausência de perspectiva em relação à melhoria de vida” (SILVA, 2013, p. 36).

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise do mercado de trabalho angolano do pós-Guerra Civil como marco histórico que permite uma análise das recentes modificações que Angola tem passado. Esta análise tem como pano de fundo a ideia de que o modo de inserção de Angola na divisão internacional do trabalho e as suas especificidades sociais e históricas dado os limites que o regime de acumulação e seu respectivo modo de regulação impõem atualmente a uma sociedade subdesenvolvida. Nestes moldes, o mercado de trabalho em particular, vai sofrer alterações significativas desde o final da guerra civil e início da estabilidade política em 2002 – não em favor do trabalhador angolano como veremos na seção seguinte. Devido as dificuldades impostas ao pesquisador da realidade angolana pela falta de

pesquisas robustas sobre o mercado de trabalho, faremos esta análise através de alguns elementos das Contas Nacionais angolana que permitem observar as alterações significativas pela qual tem passado a economia angolana.

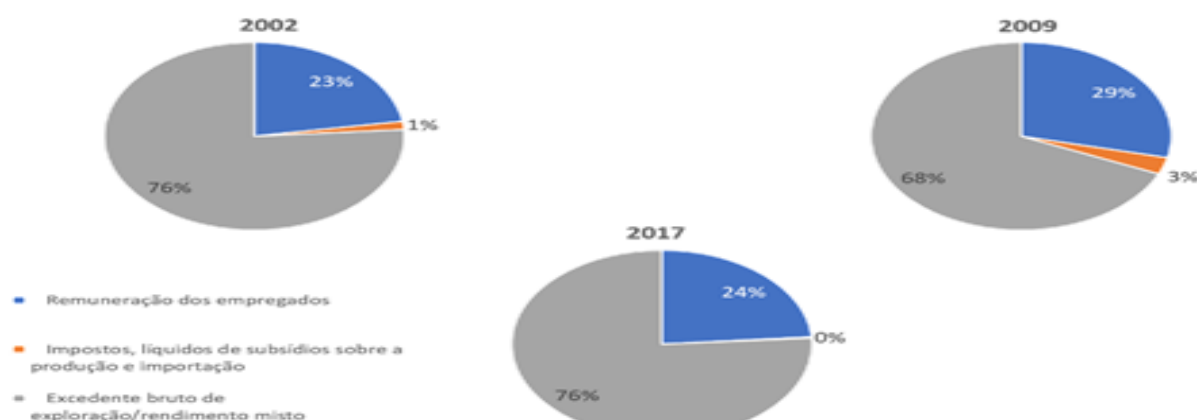
O artigo contém esta introdução, uma seção e a conclusão. Na seção a seguir a esta introdução se faz uma análise da dinâmica contemporânea do mercado de trabalho de Angola, procurando observar as mudanças pela qual tem passado a economia angolana do final da guerra civil em 2002 até 2017, mostrando assim como as mudanças ocorridas nesse período foram apenas setoriais e não provocaram alteração na distribuição da renda nacional, mantendo constante a relação entre a participação dos salários e dos lucros no produto interno bruto. Em seguida apresenta-se as considerações finais.

2. DINÂMICA RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO ANGOLANO

Recentemente, após a guerra civil que dizimou milhares de homens e mulheres angolanos, a análise das Contas Nacionais demonstra um processo de mudança importante na economia angolana que não tem impactado na distribuição da renda nacional. Uma redução da participação relativa da economia de enclave, isto é, o setor petrolífero, provocado pela crise econômica de 2008 e agudizada pela queda do preço do petróleo em 2013. Essa redução da participação relativa do setor petrolífero tem impacto profundo na economia angolana, tendo em vista que este setor é maior provedor de receitas para o país. Devido a característica de economia de enclave, a dinâmica do mercado de trabalho angolano acaba sendo determinada pelos movimentos da economia mundial, tendo momentos de maior receitas quando os preços das commodities estão em alta e menores nos momentos de queda das commodities, principalmente o petróleo.

Nos últimos 15 anos não houve alteração na relação capital e trabalho em Angola, isto é, de 2002 a 2017. Segundo a Contas Nacionais, a composição da renda nacional mantém-se praticamente inalterada: em 2002 os lucros e juros (renda de proprietários) respondiam por mais de 75% da renda nacional enquanto a remuneração de empregados respondia por 23%, essa situação tem uma pequena alteração depois da crise de 2008. Em 2009, a participação dos salários aumenta 6 pontos percentuais chegando a 29% caindo para 68% a participação de proprietários na renda nacional. Em 2017, a situação volta ao nível de 2002, com uma pequena alteração em relação a participação do Estado que chega ao nível mínimo de participação enquanto a participação dos salários chega a 24%, como mostra o gráfico 2 abaixo, do produto interno angolano, na ótica da renda.

Gráfico 2 – PIB de Angola (Ótica da Renda) – 2002, 2009, 2017.



Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

De 2002 a 2017, verifica-se uma elevação substancial do consumo final de 61% em 2002 para 70% em 2017. Observando uma redução da participação da corrente de comércio (exterior) de 9% em 2002 para 6% em 2017. O aumento da participação relativa do consumo final no produto interno bruto ocorre devido ao deslocamento das atividades ligadas ao comércio exterior para o comércio interno (como mostra o gráfico 3 abaixo sobre o produto interno bruto angolano na ótica da despesa), essa inflexão é verificada com a queda dos preços das commodities, em especial o petróleo.

Gráfico 3 – PIB de Angola (Ótica da Despesa) – 2002, 2017.

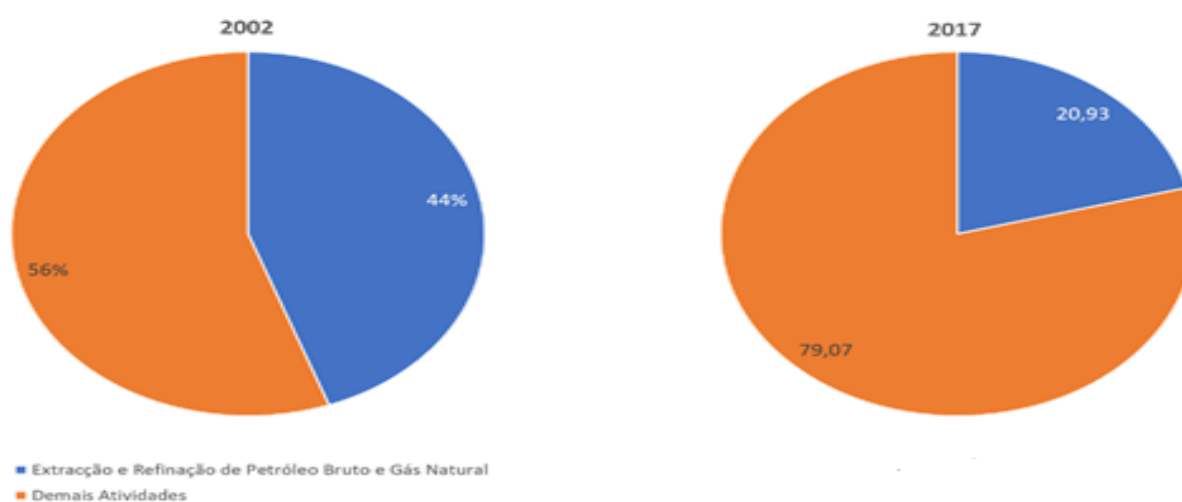


Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

Os deslocamentos das atividades ligadas ao comércio exterior para o comércio interno verificam-se quando observamos a participação relativa da indústria de petróleo e gás no produto interno bruto de angolano. Observa-se uma redução (mais da metade) da participação relativa da indústria de petróleo e gás nos últimos 15 anos. Essa é uma mudança recente que

começa a partir de 2013, isto é, com a crise das divisas², como é conhecida em Angola. Essa mudança é também acompanhada pela elevação da participação relativa das atividades ligadas ao comércio, que em 2002 representava 10,68% do PIB, passando para quase 18% em 2017; e das atividades ligadas a Construção Civil que, logo após a crise de 2008, aumenta de maneira significativa sua participação no produto nacional, saindo de 5,45% do PIB em 2002 para 13,65% em 2017 como mostra o gráfico 4 abaixo. Essas mudanças setoriais ocorridas nestes últimos 15 anos, como a redução da participação do setor petrolífero e aumento do comércio, não afetam, como supracitado, a dinâmica da participação dos salários na renda nacional.

Gráfico 4 – Participação da Indústria de Petróleo e Gás no PIB de Angola – 2002,2017.



Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

Nestes últimos 15 anos, as taxas de desemprego acompanhavam a taxa de crescimento do produto interno mantendo estável a partir de 2015, em 20%. Dois momentos vão se apresentar como importantes para a presente análise. Segundo o gráfico abaixo sobre a relação entre o PIB real e a taxa de desemprego em Angola, de 2003 a 2008 as quedas no desemprego eram acentuadas, isto é, acompanhando as altas taxas de crescimento do PIB essencialmente de natureza quantitativa porque como visto no primeiro gráfico não impactou no mercado de trabalho mantendo em 24% em 15 anos a participação dos salários no produto interno, como

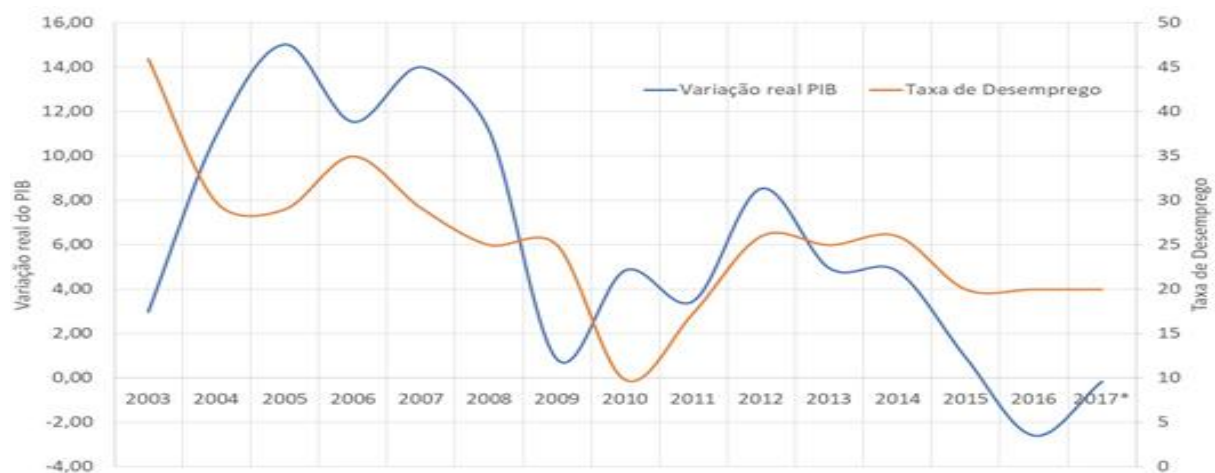
² A crise das divisas em Angola coincide com a queda do preço médio do barril de petróleo. Este setor é o que mais gera receitas em moeda forte para Angola, entre 2011 e 2014, o preço médio do barril de petróleo era de 107,6 dólares por barril, apesar das fortes turbulências que ocorreram no mercado internacional nesse período. Mas de 2015 em diante o preço médio por barril cai sistematicamente chegando a 56,9 dólares (ROCHA,2015). O começo da chamada crise de divisas se dá em 2014, obrigando o Banco Nacional a restringir os leilões de divisa que mantém com os bancos comerciais, voltando a restabelecer a partir de 2017.

mostra os estudos do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

O crescimento econômico observado entre 2002-2008 – embora em 2007 e 2008 com uma menor intensidade – foi de natureza essencialmente quantitativa, que beneficiou duma elevada taxa de poupança global, com incidência nos empréstimos externos e no investimento estrangeiro direto, em particular nos setores do petróleo, diamantes e construção civil (CEIC, 2008, p.24).

Em 2009, com a crise, observa-se uma queda brusca no PIB, recuperando-se nos anos seguintes até 2013 quando da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional, atingindo a taxa de desemprego os 25%, estabilizando em 20% a partir de 2015 (como mostra o gráfico 5 abaixo), taxa essa que ainda é muito alta tendo em vista que as estatísticas oficiais excluem o trabalho precarizado e a subocupação da força de trabalho.

Gráfico 5 – PIB Real e Taxa de Desemprego de Angola (%) – 2003 a 2017.



Fonte: elaboração própria, Contas Nacionais – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola e TRADEECONOMICS.

A nova redistribuição setorial em Angola não impactou o mercado de trabalho com criação de novos postos de trabalho. Além disso, a redução relativa do setor petrolífero, deslocando as atividades antes ligadas ao setor externo para o interno, mais ligada ao comércio e a construção civil, também não mostram impactos significativos sobre o mercado de trabalho, seja por que não se reduziu a taxa de desemprego, seja porque não se alterou a participação relativa dos salários na renda nacional. O que houve em Angola nos últimos 15 anos foi uma

mudança de proprietários apenas acompanhada de uma redução muito acentuada da participação do Estado na Renda Nacional, de 1% em 2002, passando para 3% em 2009, diminuindo para 0% em 2017 como mostrado no gráfico 2 acima.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia angolana tem passado por significativas alterações nos últimos 15 anos, desde o final da guerra civil que durou 27 anos desde 1975 a 2002. Essas mudanças não impactaram a distribuição da renda nacional angolana, apenas redistribuíram-se as atividades setorialmente, observando-se uma redução do setor petrolífero e como contrapartida um aumento relativo das atividades comerciais e, portanto, redução do fluxo de comércio externo.

Começamos por mostrar como a dinâmica da economia angolana está ligada ao seu modo de inserção na divisão internacional do trabalho e as suas especificidades sociais e históricas dado os limites que o regime de acumulação e seu respectivo modo de regulação impõem atualmente numa sociedade subdesenvolvida. Mostramos que com isso, o mercado de trabalho angolano, em particular, sofreu alterações significativas, que não foram em favor do trabalhador angolano apesar da estabilidade política conseguida em 2002. Analisamos as Contas Nacionais tendo em vista a dificuldade de encontrar pesquisas relacionadas diretamente com o mercado de trabalho em Angola.

Mostramos ainda que houve diminuição nas taxas de desemprego com as mudanças nas principais atividades econômicas do país, mas que essa diminuição ainda mantém o desemprego em nível muito alto e que as estatísticas oficiais não levam em conta o trabalho precarizado provocando assim um aumento da incidência de pobreza, causado pelo aumento da renda dos mais ricos e diminuição da renda dos mais pobres nesses últimos 15 anos em Angola.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.A e TAVARES, M.A. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização.** In: Ricardo Antunes (organizador). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

CEIC. **Relatório Econômico de Angola** – 2008: Universidade Católica de Angola.

CHOSSUDOVISKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: os impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** São Paulo: Moderna, 1999.

ERNESTO, A; CAPILO, G. **A economia informal em Angola: caracterização do trabalhador informal.** Luanda, Osisa, 2018.

INGHAM, Geoffrey. **Capitalism.** Oxford: Polity Press, 2009.

INE (Instituto Nacional de Estatística), **Contas Nacionais**, 2002-2017

_____ **Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.**

KON, Anita. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil.** Rio de Janeiro: Atlas Books, 2015.

LOPES, Carlos. M. **A economia informal em Angola: breve panorâmica:** Revista Angolana de Sociologia, 14 | 2014, 61-75.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado.** São Paulo, Boitempo, 2000.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente.** São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

ROCHA, José Alves da. **Salários, distribuição de rendimento e crescimento equitativo.** Luanda, Mayamba, 2014.

_____ **Pensamentos soltos, mas estruturados sobre a economia e sociedade em Angola: os ciclos do petróleo em Angola desde 1987.** Luanda, CEIC, 2015.

SILVA, Mara Eloise Caetano da. **O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais.** Lisboa, Dissertação, 2013.

<https://pt.tradingeconomics.com/angola/unemployment-rate>. Acesso em: 18 mar de 2019.